

MAGNO GUEDES CHAGAS

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará.
Ex-Professor da UFPA.
Juiz de Direito (TJE/PA).

FEDERALISMO NO BRASIL

O PODER CONSTITUINTE DECORRENTE NA
JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre, 2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 342.24(81)

C433f

Código de barras: STJ00062774

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C433f

Chagas, Magno Guedes

Federalismo no Brasil: o poder constituinte decorrente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal / Magno Guedes Chagas. - Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2006. 146 p.; 15,5x22 cm.

ISBN 85-7525-350-6.

1. Federalismo: Direito Constitucional: Brasil. 2. Separação dos Poderes: Brasil 3. Poder Constituinte: Brasil. 4. Controle da Constitucionalidade: Jurisprudência: Brasil. I. Título.

CDU-347.24(81) Bibliotecária Responsável: Inês Peterle, CRB-10/631



SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
LISTA DE ABREVIATURAS	15
1 Introdução	17
2 Do Poder Constituinte	25
2.1 Constituição	25
2.1.1 Emmanuel Joseph Sieyès	26
2.1.2 Hans Kelsen	29
2.1.3 Ferdinand Lassale	33
2.1.4 Nota sobre as teorias da Constituição	34
2.2 O movimento constitucionalista	35
2.3 Poder constituinte originário: conceito e características	38
2.4 Titularidade do poder constituinte na doutrina contemporânea	46
2.5 Poder constituinte de reforma e princípio federativo	47
3 Estado Federal e Poder Constituinte decorrente	57
3.1 Estado Federal: conceito e origem	58
3.1.1 Estado Social e Federalismo	61
3.1.2 A desigualdade entre os Estados-membros	63
3.2 Do Estado unitário	64
3.3 Da confederação	66
3.4 Autonomia como elemento caracterizador do Federalismo	67
3.4.1 Apenas o Estado Federal é soberano	69
3.4.2 Obediência à mesma Constituição	74
3.4.3 Repartição de competências realizada pela Constituição Federal	76
3.4.3.1 Repartição horizontal de competências	76
3.4.3.2 Repartição vertical de competências	78
3.4.3.3 Distribuição de competências no Brasil	80
3.4.4 Rendas próprias dos Estados-membros	82
3.4.5 Existência de uma Corte Suprema	83
3.4.6 Participação na formação da vontade da União	87
3.4.7 Convivência de três ordenamentos jurídicos parciais e um central	89
3.4.8 Ausência de direito de secessão	91
3.4.9 Cidadania é da Federação e não dos Estados-membros	91
3.5 Do poder constituinte decorrente	92
3.5.1 Características	92



3.5.2 Constituição Estadual e direito anterior	95
3.5.3 Limites ao poder constituinte decorrente na CF de 1988	95
3.5.3.1 Limitações de forma	97
3.5.3.2 Princípios limitadores do poder constituinte decorrente	98
3.5.3.3 Notas sobre os limites ao poder constituinte decorrente	103
4 Da separação de poderes na teoria constitucional	109
4.1 Separação de poderes na doutrina de Montesquieu	110
4.2 Separação de poderes na doutrina constitucional norte-americana	114
4.3 A teoria da separação de poderes na doutrina constitucional contemporânea	118
4.3.1 Carré de Malberg	118
4.3.2 Karl Loewenstein	123
4.4 Estado liberal e preponderância do Poder Legislativo	124
4.5 Estado social e preponderância do Poder Executivo	126
4.5.1 Intervencionismo estatal e expansividade das Constituições	129
4.5.2 Sociedade técnica	130
4.5.3 Fortalecimento do Poder Executivo	132
5 Separação de poderes nos Estados-Membros na Constituição Federal de 1988	133
5.1 Do Poder Legislativo Estadual	134
5.2 Dos Tribunais de Contas	140
5.2.1 Dos Tribunais de Contas Estaduais	140
5.2.1.1 Composição dos Tribunais de Contas Estaduais	146
5.2.2 Tribunais de Contas dos Municípios	151
5.3 Do Poder Executivo Estadual	153
5.3.1 Controle do Legislativo sobre o Executivo Estadual	161
5.3.2 Autorização para o Governador se ausentar do Estado	162
5.3.3 Nomeação e exoneração de Secretário de Estado	163
5.3.4 Nomeação para cargos em comissão	164
5.3.5 Responsabilidade penal do Governador	170
5.3.6 Responsabilidade do Governador por atos estranhos as suas funções	177
5.4 Do Poder Judiciário Estadual	180
5.5 Do Ministério Público Estadual	187
6 A Administração Pública no Estado-membro	193
6.1 Normas sobre concurso público no Estado-membro	194
6.2 Estabilidade no serviço público	198



6.3 Da aposentadoria e disponibilidade de servidores públicos	200
6.4 Acumulação de cargos públicos nos Estados-membros	203
6.5 Isonomia entre carreiras nos Estados-membros	205
6.6 Serviços notariais e de registro no Estado-membro	208
7 Município e Poder constituinte decorrente	211
7.1 Município ente federativo	211
7.2 Da autonomia municipal	214
7.2.1 Auto-organização municipal	215
7.2.2 Autogoverno	217
7.2.3 Auto-administração	219
7.3 Da criação de Municípios	219
7.4 Da Intervenção Federal e Estadual em Municípios	224
8 Conclusão	225
BIBLIOGRAFIA	231
ANEXO: Lista das ADI consultadas	237

